

A voluntariedade das ações humanas e a educação na Suma Teológica de Tomás de Aquino

The willingness of human actions and education in the Suma Teológica of Tomás de Aquino

Terezinha Oliveira*
Rafael Henrique Santin*

DOI: [http://dx.doi.org/10.20435/2318-1982-2016-v.21-n.43\(12\)](http://dx.doi.org/10.20435/2318-1982-2016-v.21-n.43(12))

Resumo

Este artigo aborda a relevância da *Suma Teológica* de Tomás de Aquino (1225-1274) como fonte para o estudo da História da Educação Medieval. O objetivo principal é refletir sobre uma das Questões (q. 6, I-II) da *Suma Teológica*, intitulada *O voluntário e o involuntário*, para destacarmos as contribuições do teólogo dominicano para uma compreensão mais abrangente da formação humana. As análises realizadas neste trabalho têm como pressupostos teórico-metodológicos os princípios da História Social, expressos principalmente por Marc Bloch (2001). Assim, estudamos nosso objeto considerando as circunstâncias históricas da sociedade que lhe serviu de atmosfera, de modo que pudemos perceber o compromisso de Tomás de Aquino com os debates fundamentais de sua época. Nesse sentido, destacamos sua atividade como professor em diversas instituições universitárias do Ocidente cristão, da qual a *Suma Teológica* é resultado direto.

Palavras-chave

História da Educação Medieval; *Suma Teológica*; Tomás de Aquino.

Abstract

This article deals with the importance of the *Summa Theologica* of Thomas Aquinas (1225-1274) as source for the study of the History of Medieval Education. The main objective is to reflect about the *Question 6 (six)* of the First part of the Second Part of *Summa Theologica*, whose title is *The voluntary and the involuntary*, to point the contributions of Dominican theologian for a most comprehensive understanding of the human education. The theoretical principles to do the analyses presented in this article were found in the Social History, expressed by Marc Bloch (2001). Therefore, we studied our objective considering the historical circumstances of the society that served it as atmosphere, so much that we realized the commitment of Thomas Aquinas with the fundamental debates of his time. In this sense, we pointed his work as professor in the university institutions of the Christian West of which the *Summa* is a direct result.

Key words

History of Medieval Education; *Suma Teológica*; Tomás de Aquino.

* Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil.

Este texto tem o objetivo de refletir sobre uma das Questões da *Suma Teológica* de Tomás de Aquino (1225-1274), de modo a verificarmos sua importância como fonte para os estudos em História da Educação Medieval. Mais do que uma síntese da Teologia, a obra em questão foi escrita para a formação dos estudantes de Teologia, tanto aqueles que se juntavam às nascentes Universidades, como aqueles que optavam pela vida nos conventos mendicantes que mantinham cursos regulares para a formação dos frades. Assim, a pretensão do autor, explicitada no Prólogo da obra, era fornecer a essas pessoas, que se tornariam, no futuro, mestres universitários e/ou pregadores dos valores cristãos, um conjunto de saberes pertinentes da ciência teológica e um método profícuo para estudá-los. Trata-se, portanto, de um documento importante para analisarmos o modo como os medievais, e mais particularmente Tomás de Aquino, concebiam a formação dos alunos nas Universidades e dos noviços dos conventos dos Dominicanos.

Considerando a amplitude da *Suma*, optamos por fazer um recorte e analisar a Questão 6 (seis) da I Seção da II Parte¹, intitulada *O voluntário e o*

involuntário, que trata da natureza do ato humano. Nessa Questão, o teólogo dominicano esclarece que as ações especificamente humanas são voluntárias e sobre elas incidem uma série de ‘defeitos’, como o temor e a ignorância.

Para o desenvolvimento de nossas reflexões, partimos dos pressupostos teórico-metodológicos da História Social, fundamentando-nos principalmente em Marc Bloch (2001). De acordo com ele, o historiador precisa analisar seu objeto numa perspectiva de totalidade, e isso implica considerá-lo em relação à sociedade que lhe serviu de atmosfera. Nesse sentido, verificamos três aspectos que podem ser considerados. Em primeiro lugar, podemos nos questionar sobre a relevância de debater o caráter voluntário das ações humanas num tempo de renascimento comercial e urbano e, portanto, de sistematização de novas formas de viver em sociedade (OLIVEIRA, 2008). Em segundo lugar, podemos refletir sobre as razões pelas

¹ A *Suma Teológica* está dividida em três partes, sendo que a II Parte está subdividida em duas seções. A Questão 6 (seis) está contida na Primeira Seção da Segunda Parte. As referências a qualquer trecho da *Suma Teológica* serão feitas de acordo com a forma adotada pelos editores da tradução que estudamos, publicada no Brasil pela Editora Loyola: (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I, q.

X, a. X, obj. 1), para a Primeira Parte; (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, I-II, q. X, a. X, s.c.), para a Primeira Seção da Segunda Parte; (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, II-II, q. X, a. X, rep.), para a Segunda Seção da Segunda Parte; e (TOMÁS DE AQUINO, *ST*, III, q. X, a. X, sol. 1), para a Terceira Parte. As abreviações ‘obj’, ‘s.c.’, ‘rep.’, ‘sol.’, e significam, respectivamente, ‘objeção’, ‘argumento em sentido contrário’, ‘resposta’ e ‘solução da objeção’. Essa última observação se faz necessária porque as Questões da *Suma Teológica* estão organizadas conforme o método da *disputatio*, sobre a qual tratamos abaixo. Optamos por fazer a referência dessa maneira porque permite ao leitor consultar a passagem citada em qualquer edição da *Suma*.

quais era importante que um futuro *magister in sacra pagina* ou um frade pregador dominasse esse tema. Enfim, podemos considerar as lições que Tomás de Aquino pode dar a nós, no presente, que vivemos um tempo diferente, mas partilhamos alguns desafios, como o de ensinar e aprender conteúdos, habilidades e hábitos positivos para o amadurecimento individual e coletivo.

Esse último questionamento nos leva a pontuar mais um princípio da História Social que nos serve de guia, o de que o historiador se preocupa, em primeiro lugar, com os problemas do seu próprio tempo. O trabalho do historiador, nesse sentido, também deve ser considerado numa perspectiva histórica. Por isso Bloch (2001) esclareceu que o ato de se interessar pelo passado e estudá-lo com rigor e método não surge do interesse pelas coisas antigas, mas sim do interesse pelo tempo presente e da convicção de que a História pode nos ensinar sobre os homens e as relações sociais.

O teólogo começou a escrever a *Suma* em 1265, mesmo ano em que foi enviado a Roma para dirigir a escola de Santa Sabina e que começou a escrever, também, seus comentários às obras de Aristóteles, mas não chegou a terminá-la. Antes de começar a compor a obra em questão, ele foi aluno, entre 1245 e 1248, e professor², entre 1252 e 1259, em Paris, até ser levado a assumir compromissos da Ordem Dominicana, em

Nápoles, para a organização dos estudos da Ordem, e Orvieto, para servir à corte do papa Urbano IV, que pensava uma união do Oriente cristão com o Ocidente cristão. Esse foi, com efeito, o contexto de surgimento da *Suma* (CARVALHO, 1999; TORRELL, 2004; LAUAND, 2011; RUSSELL, 2015).

Acreditamos que os dados apresentados acima são relevantes, pois evidenciam o envolvimento de Tomás de Aquino com os estudos e o desenvolvimento da Universidade medieval. Além disso, as Questões da *Suma Teológica* têm a estrutura da ‘disputa’, prática sobre a qual se sustenta o método escolástico, sistematizado nas Universidades do século XIII: primeiro, fixa-se o problema; depois, elabora-se uma hipótese; em seguida, fazem-se objeções para confirmar a hipótese. Às admoestações seguem contra-objeções, e a estas, a elaboração da resposta pelo mestre, que respeita as posições defendidas no debate. Por fim, dão-se respostas às objeções (LIBERA, 1990; LAUAND, 2004; OLIVEIRA, 2005). Consideramos que esse fato é fundamental porque, ao tratar de temas importantes para a civilização cristã ocidental na forma em que os universitários deveriam fazê-lo, o teólogo ensina não apenas o conteúdo, mas também o modo como os futuros mestres em Teologia precisariam abordá-lo depois de formados, constituindo-se, também, como modelo ‘profissional’ para os seus alunos.

Contudo acreditamos ser preciso destacar alguns aspectos contextuais para refletirmos sobre as relações entre

² Primeiro como bacharel sentenciário e depois como mestre de Teologia.

a obra de Tomás de Aquino e a sociedade em que viveu e produziu, como o renascimento urbano e comercial, o surgimento das Universidades e das Ordens mendicantes.

O período que compreende os séculos XI, XII, XIII e XIV, segundo Guizot (2005), foi marcado por uma série de mudanças decorrentes, principalmente, da consolidação do sistema feudal e dos renascimentos urbano e comercial. Essas transformações desenvolveram-se acompanhadas de outras, que colocavam em pauta novos interesses e valores.

O historiador do século XIX analisa essas transformações e destaca o papel do comércio e das corporações de ofício, dos burgueses e dos mercadores que principiavam a expandir sua influência na cristandade, o que provocou o crescimento dos aglomerados urbanos:

No momento em que a feudalidade já estava bem estabelecida, quando cada homem tomou seu lugar, fixando-se na terra, quando a vida errante cessou, ao final de um certo tempo, as cidades recomeçaram a adquirir alguma importância, desenvolvendo-se nelas, novamente, alguma atividade. Como vocês sabem, dá-se com a atividade humana algo semelhante ao que ocorre com a fecundidade da terra: cessada a desordem, tudo volta a germinar e a florir. Basta o menor clarão de ordem e paz e o homem retoma a esperança,

e com a esperança o trabalho. É isso que ocorreu nas cidades; desde que o regime feudal se assentara um pouco, surgiram, entre os possuidores de feudos, novas necessidades, um certo gosto pelo progresso, pelo melhoramento. Para satisfazê-las, um pouco de comércio e de indústria reapareceu nas cidades localizadas nos domínios desses senhores; a riqueza, a população, nelas reaparecem. (GUIZOT, 2005, p. 34-35).

Guizot considera que as cidades e o comércio renasceram em função dos novos interesses dos homens daquela época. Com efeito, esse refinamento dos costumes averiguado por esse autor impulsionou o crescimento das cidades, de modo que no século XIII elas figuravam como espaços essenciais para o amadurecimento da civilização.

Oliveira (2008) também analisou esse processo e faz um destaque importante, que é a questão dos 'novos' espaços de sociabilidade. Com o crescimento das cidades e a diversidade inerente à vida citadina, há a necessidade de os homens, que passaram a viver nesse novo contexto, desenvolver formas diversas de convivência em relação àquelas que imperavam nos feudos. O homem citadino é instado a dividir o espaço público da cidade com pessoas com interesses diferentes, até mesmo antagônicos em alguns casos, como mercadores, artesãos, clérigos, preladados e seus oficiais, frades mendicantes,

mestres, estudantes, prostitutas etc. Acreditamos que essas questões, apontadas por Oliveira (2008), nos ajudam a pensar a relevância do debate apresentado por Tomás de Aquino na Questão 6 (seis) da I-II da *Suma Teológica*, fonte principal desse artigo.

Diante disso, destacamos também o surgimento, nessa época, da Universidade. Nascida com o mesmo ‘espírito’ de outras corporações, a Universidade organizou-se para sistematizar o trabalho dos intelectuais que, no século XIII, precisavam lidar com as mudanças que estavam ocorrendo. Le Goff (2010) destaca a importância dessa nova instituição, principalmente o papel exercido pela Universidade de Paris na constituição da cristandade e no processo de consolidação do pensamento escolástico. Com efeito, Paris era a cidade em que os estudos filosóficos e teológicos desenvolviam-se com mais intensidade e para onde afluíam estudantes de várias partes da Europa para estudar com grandes mestres, como Tomás de Aquino e Boaventura de Bagnoregio.

Nesse contexto, surgem também as Ordens Mendicantes, que irão se constituir como personagens centrais no desenvolvimento urbano e da Universidade. Tomás de Aquino ingressou na Ordem Dominicana entre 1244 e 1245 (CHENU, 1967), período no qual as Ordens Mendicantes conhecerem uma grande expansão. Chenu (1967) afirma que os mendicantes, principalmente os Menores e os Pregadores, atraíram muitos jovens e pessoas ligadas aos es-

tudos. Não é por acaso, portanto, que Tomás de Aquino ingressou ainda muito jovem na Ordem dos Pregadores e que sua escolha, de acordo com o autor, não agradou à sua família, que tentou impedi-lo de vestir o hábito dominicano. Sendo filho de nobres feudais, o plano era que ele assumisse um alto cargo num mosteiro tradicional – o mosteiro beneditino de Monte Cassino.

Ainda sobre os Mendicantes, Chenu (1967) explica por que representavam o novo. A comparação que o autor faz entre as novas Ordens e as instituições monásticas antigas permite observar que, diferentemente destas últimas, Menores e Pregadores rompem com as tradições feudais que as antigas Ordens assumiram para si. Ao invés de alimentarem uma ‘espiritualidade aristocrática’, procuraram aproximar-se da ‘plebe’ que, segundo Chenu, já tinha percebido sua importância na sociedade medieval.

Esses acontecimentos históricos são importantes para entendermos o texto tomasiano, pois acreditamos que eles o tornaram possível e necessário. Por isso, quando consideramos o debate empreendido por Tomás de Aquino a respeito dos atos humanos, devemos ter em mente seu compromisso com as questões de sua época, de modo que assim podemos, como nos ensina Políbios (1985, p. 44), “[...] tirar ao mesmo tempo proveito e prazer da História”.

Em face disso e considerando nosso referencial teórico-metodológico, passemos agora à análise da Questão 6 (seis) da

Primeira Seção da Segunda Parte (I-II) da *Suma Teológica*. Como já mencionamos, essa obra foi escrita por Tomás de Aquino entre 1265 e 1274, com vistas à educação dos estudantes de Teologia e, como ‘Suma’, pretende reunir todos os assuntos e debates que um futuro teólogo precisaria dominar em seu campo de saber (LE GOFF, 2010). De acordo com Le Goff (2010), as sumas produzidas no século XIII são representativas do auge do método escolástico, que depois de Alberto Magno, Alexandre de Hales, Tomás de Aquino, Boaventura de Bagnoregio e Roger Bacon não criaria mais ‘monumentos’ tão notáveis. Bertrand Russell (2015) destaca o trabalho de Tomás de Aquino, principalmente as Sumas, como um ‘imponente edifício intelectual’.

A *Suma Teológica* está dividida em 3 (três) partes, sendo que a segunda está subdividida em 2 (duas) seções. A primeira seção da segunda parte (I-II), na qual se localiza a Questão que estamos estudando, é dedicada ao homem e sua natureza:

Após ter discorrido sobre o exemplar, a saber, Deus, e sobre as coisas que procedem do poder voluntário de Deus, deve-se considerar agora a sua imagem, a saber, o homem, enquanto ele é o princípio de suas ações, possuindo livre-arbítrio e domínio sobre suas ações. (TOMÁS DE AQUINO, 2003, p. 29).

Além de esclarecer o tema central da segunda parte da *Suma*, o teólogo

dominicano nos apresenta seu ponto de partida para analisar a natureza humana. Com efeito, ele considera que é preciso refletir sobre o homem como ‘princípio de suas próprias ações’, e um dos elementos que pode explicar sua complexidade inerente é justamente a voluntariedade dos atos humanos.

Assim, a Questão 6 (seis), cujo tema é justamente a voluntariedade dos atos humanos, está dividida em 8 (oito) Artigos: 1. *O voluntário se encontra nos atos humanos?*; 2. *Encontra-se o voluntário nos animais?*; 3. *O voluntário pode ser sem ato?*; 4. *Pode a vontade sofrer violência?*; 5. *A violência causa o involuntário?*; 6. *O medo causa o involuntário?*; 7. *A concupiscência causa o involuntário?*; e 8. *A ignorância causa o involuntário?*. Diante dos questionamentos feitos por Tomás de Aquino através desses Artigos, podemos afirmar que, na educação dos alunos de Teologia, ao saírem estes da Universidade ou do convento também seriam educadores no sentido mais amplo do termo, deveriam conhecer o princípio que dá aos homens a possibilidade de exercerem domínio sobre suas ações, a partir das quais podemos escolher o caminho a seguir. A ‘atualidade’ desse debate para o século XIII pode ser verificada a partir do que nos demonstrou Oliveira (2008) no texto que já citamos.

No Artigo 1 (um), mestre Tomás questiona se os atos humanos são voluntários. Para provar que o homem age voluntariamente, ele parte do significado de ‘voluntário’ estabelecido

por Aristóteles, Gregório de Nissa e Damasceno, os quais atestam que “[...] é voluntário não somente aquilo cujo princípio é intrínseco, mas com o acréscimo de ‘ciência’” (TOMÁS DE AQUINO, 2003, p. 119). Nesse sentido, podemos afirmar que os atos humanos são, sim, voluntários, pois o homem tem em si não somente os princípios de sua ação, de seus movimentos, mas também a capacidade de agir de acordo com o fim almejado. Não se trata, pois, de ações aleatórias, mas sim deliberadas, decorrentes de suas escolhas – algo que o homem só pode fazer porque é ‘imagem’ de Deus, isto é, dotado de intelecto.

O conceito tomasiano de intelecto é crucial para entendermos as afirmações do autor nesse primeiro Artigo. Em *A Unidade do Intelecto contra os Averroístas*, Tomás de Aquino argumenta que, diferentemente do que afirmavam os averroístas, o intelecto não é uma substância separada do corpo, mas sim uma das faculdades da alma humana. Além disso, é a faculdade que lhe dá a forma essencial: o homem só é homem porque possui uma ‘alma intelectual’. É nesse sentido que, no Artigo 2 (dois) da Questão 6, o autor estabelece a distinção entre o comportamento do homem e dos outros animais – o voluntário é perfeito no homem porque conhece o fim e suas razões e é imperfeito nos outros animais porque estes conhecem apenas o fim, sendo movidos em sua direção pelo apetite desprovido de racionalidade. Ao fazer essa importante distinção, Tomás de Aquino não só constata a

potência do homem de ser ‘senhor’ de si mesmo, como também o responsabiliza pelas suas escolhas.

Nessa perspectiva, mestre Tomás questiona, no Artigo 3 (três), se é possível haver omissão voluntária. Destacamos essa problemática porque ela também evidencia o compromisso do autor com as questões do seu tempo. Segundo Le Goff (2008), os mendicantes foram os pioneiros de uma nova espécie de ‘atendimento’ aos cristãos, a confissão auricular, além de serem os responsáveis pela ‘criação’ do purgatório, isto é, o local para onde vão as almas que ainda precisam de remissão antes de tomarem lugar no paraíso. Nesse contexto, o debate tomasiano sobre a natureza do voluntário e sua vinculação com a omissão é particularmente relevante – um pecado se define não somente pela ação voluntária, mas também pela omissão voluntária:

Por isso, porque a vontade, querendo e agindo, pode, e às vezes deve, impedir o não agir e o não querer, então, o não querer e o não agir lhe serão imputadas como se delas procedessem. Eis por que o voluntário pode existir sem ato: às vezes sem o ato exterior, mas com o ato interior, quando quer não agir; às vezes, sem o ato interior, quando não quer. (TOMÁS DE AQUINO, 2003, p. 123).

A passagem acima ilustra o nosso argumento, mas também ressalta um outro lado da problemática. Na pers-

pectiva de Tomás de Aquino, podemos incorrer em erro quando não agimos no momento em que devemos agir, mas não agir voluntariamente quando não devemos agir é ato de virtude. Portanto podemos verificar, nesse aspecto, que o conhecimento se coloca como elemento fundamental, tanto para o comportamento iníquo quanto para o comportamento virtuoso – a natureza voluntária dos atos humanos é o que define sua moralidade, e o fato de mestre Tomás trazer essas reflexões para os estudantes de Teologia é, para nós, indicativo das transformações que estavam acontecendo em sua época, bem como de sua consciência a respeito delas.

Contudo observamos nesse debate uma lição para nós, estudantes e professores de cursos que formam educadores do ensino básico. Com efeito, não agir, como nos ensina Tomás de Aquino, pode ser tão deletério quanto agir mal no que diz respeito à formação de professores. Optar por ensinar um determinado conteúdo em detrimento de outro por razões mesquinhas ou mesmo por ‘gosto pessoal’ é, segundo os ensinamentos do teólogo dominicano, ‘omissão voluntária’, e tende a render resultados negativos para o desenvolvimento dos indivíduos e das instituições.

Depois de tratar da voluntariedade como pressuposto de toda ação humana, inclusive da omissão, Tomás de Aquino aborda, no Artigo 4 (quatro), se a vontade do homem pode sofrer alguma ‘violência’ externa, passando a considerar os obstáculos para o ato

voluntário que acabam por gerar, assim, atos involuntários. Na solução do Artigo, o autor distingue duas espécies de atos: o ato essencial da vontade, o querer; e os atos que, imperados pela vontade, isto é, atos executados indiretamente pela vontade por meio de outras potencialidades e órgãos do homem. O primeiro, que deriva da atividade fundamental da vontade como potência apetitiva, não pode ser violentado, mas os segundos sim, na medida em que a execução pode ser interrompida por fatores externos – o ato de falar, por exemplo, que é imperado pela vontade, pode ser impedido por uma mordada. Assim, não se pode impedir alguém de desejar o que deseja, mas pode-se impedir alguém de perseguir o que deseja, na medida em que a coerção só pode ser exercida sobre os atos imperados pela vontade.

À primeira vista, podemos ser tentados a uma interpretação aligeirada dos argumentos tomasianos e tomá-los em absoluto, no sentido de afirmar que toda coerção é naturalmente ruim por impedir que alguém alcance o que deseja. Entretanto a lição que podemos extrair do Artigo 4 (quatro) é fundamental para entendermos sua importância para o desenvolvimento da civilização. Com efeito, se recordarmos aqui as contribuições de Oliveira (2008) sobre o ambiente citadino do século XIII, podemos perceber a importância desse Artigo para o contexto no qual viveu mestre Tomás. As cidades, de acordo com Oliveira (2008), colocavam na ordem do dia novos padrões de sociabilidade que implicavam

a necessidade de harmonizar interesses individuais com o bem comum. Os indivíduos precisavam se submeter a uma determinada ordem para que a cidade pudesse continuar a existir e, assim, garantir-lhes uma atmosfera propícia à vida. A coerção, aqui, não seria algo essencialmente prejudicial, mas algo necessário para o amadurecimento dos indivíduos e das instituições.

Nos Artigos subsequentes, Tomás de Aquino considera os elementos que podem prejudicar o ato voluntário, transformando-o em ato involuntário. No Artigo 5 (cinco), o teólogo dominicano nos apresenta seu conceito de 'involuntário', que não corresponde de maneira inequívoca ao significado que damos a essa palavra atualmente: "[...] o que é contra a vontade diz-se que é involuntário" (TOMÁS DE AQUINO, 2003, p. 127). Assim, entendemos que o ato involuntário para mestre Tomás não significa, como para nós hoje, algo fortuito, que acontece independentemente de nossa vontade, mas sim uma ação que contraria a natureza voluntária das ações humanas. Contam-se, na Questão 6 (seis), três circunstâncias nas quais podemos agir involuntariamente (contra a vontade): quando estamos com medo, quando cedemos à concupiscência ou quando ignoramos algo. O teólogo dominicano afirma que, no que tange às ações do homem, o medo, a concupiscência e a ignorância não causam o involuntário de maneira absoluta – ninguém poderia afirmar, na perspectiva de Tomás de Aquino, que agiu contra a vontade por

medo, por impulso ou por não saber; tais alegações deveriam ser, no mínimo, investigadas de perto e profundamente.

No que diz respeito ao medo, o autor parte da *Ética* de Aristóteles para argumentar que "[...] os atos feitos por medo são mistos de voluntários e involuntários. O que é feito por medo em si considerado não é voluntário: mas torna-se voluntário casualmente, a saber, para evitar um mal que se teme" (TOMÁS DE AQUINO, 2003, p. 128). A ação desencadeada pelo medo, nesse sentido, não pode ser considerada como involuntária, na medida em que o medo motiva alguém a agir, eventualmente, contra a vontade para evitar o que lhe dá medo. O que deve ser levado em conta, em última instância, é a motivação da ação (medo), e não a ação em si, denotando responsabilidade do agente a despeito da involuntariedade da ação executada. Aquele que assassina seu algoz por medo de que seja ele o assassinado não pode alegar que agiu involuntariamente.

A concupiscência como causa do ato involuntário é abordada no Artigo 7 (sete). Na solução, Tomás de Aquino afirma que a concupiscência não pode ser considerada causa de atos involuntários, pois não se pode agir involuntariamente motivado pelo desejo em si, que é moralmente indiferenciado. Com efeito, acreditamos que a concupiscência na obra de Tomás de Aquino, e particularmente neste Artigo, não pode ser considerada como sinônimo de precipitação, mas sim como uma das paixões da alma a partir da qual o indivíduo manifesta seu desejo

enquanto ser total – composto de corpo e alma, matéria e forma. De fato, o autor abordará a concupiscência com esse significado nas Questões que dedica às paixões da alma – a concupiscência é o conteúdo da Questão 30 (trinta) da mesma parte na qual se encontra a Questão 6 (seis) (I-II) que estamos analisando –, cravando o seguinte conceito: “[...] a concupiscência é o desejo de um tal prazer, que pertence ao mesmo tempo à alma e ao corpo, como indica a palavra mesma ‘concupiscência’” (TOMÁS DE AQUINO, 2003, p. 371). É nesse sentido que podemos entender o argumento do teólogo dominicano na Questão 6 (seis) de que a concupiscência é, na verdade, fundamento do ato voluntário, não do ato involuntário, uma vez que o homem é uma totalidade de corpo – origem primeira da concupiscência – e alma – origem primeira da sabedoria.

O oitavo e último Artigo da Questão 6 (seis) é importante porque seu tema é a ignorância e como ela pode ser (ou não) causa do involuntário. Inicialmente, o autor afirma que ignorar pode gerar o involuntário na medida em que, para agir voluntariamente, precisamos conhecer a finalidade e, também, os meios pelos quais podemos alcançá-la. Entretanto é preciso distinguir diferentes formas de ignorância que não causam, necessariamente, ações contrárias à vontade. Para os limites deste texto, consideramos duas das formas pelas quais a ignorância afeta a vontade: por consequência e por antecedência. Primeiro, verifiquemos o que Tomás de Aquino afirma sobre a

ignorância como consequência do ato da vontade:

Por consequência, a ignorância afeta o ato da vontade, quando a ignorância é voluntária. Tal acontece segundo os dois modos de voluntário, dos quais já falamos. Primeiro, porque o ato da vontade leva à ignorância, como quando se quer ignorar para se livrar da acusação, ou não se afastar do pecado, segundo se lê no livro de Jó: “Não queremos conhecer os teus caminhos”. Esta se chama de ignorância afetada. – Segundo, é a ignorância voluntária quanto àquilo que se deve e se pode saber, pois não agir nem querer neste caso é voluntário, como foi acima dito. Nesse caso há ignorância, ou por que não se considerar, ignorância esta vinda de má eleição ou de paixão ou de algum hábito, ou de algum desconhecimento daquilo que se devia ter, mas que se descuidou de tê-lo; e é segundo este modo, a ignorância das leis universais, que todos devem conhecer, havendo então ignorância voluntária como proveniente da inteligência. – Como a ignorância é voluntária segundo alguns desses modos, não pode causar absolutamente o ato involuntário. Causa-o, no entanto, de certo modo, enquanto precede o movimento da vontade para fazer alguma coisa, o que não acon-

teceria havendo conhecimento atual. (TOMÁS DE AQUINO, 2003, p. 133).

Desse modo, podemos observar que a ignorância não pode ser alegada como causa de ação supostamente involuntária quando ela deriva, justamente, da vontade do indivíduo. A ignorância voluntária, na perspectiva de mestre Tomás, talvez seja a espécie mais nefasta de ignorância, pois nesse caso escolhe-se permanecer na ignorância principalmente para eximir-se de responsabilidades. Dessa maneira, há duas formas de ignorância voluntária, isto é, aquela pela qual não se deseja conhecer por conveniência e aquela pela qual deliberadamente não se conhece quando, na verdade, se deveria e se poderia conhecer.

Acreditamos que a ignorância voluntária seja considerada dessa maneira por Tomás de Aquino por dois motivos principais. Em primeiro lugar, ela conduz a hábitos e comportamentos que, como teólogo dominicano e, portanto, cristão, considera reprovável – como o adultério, por exemplo. Em segundo lugar, porque ignorar de propósito é negar a forma essencial do homem – a alma intelectual, inclinada ao conhecimento das formas universais –, contrariando, por conseguinte, o princípio da criação do homem como ‘imagem’ de Deus. Assim, essa espécie de ignorância prejudica o ‘projeto de salvação’ defendido por Tomás de Aquino, isto é, rompe com o movimento circular de retorno da criatura ao criador.

Por outro lado, é possível que o homem aja de maneira involuntária por causa da ignorância, isso quando ela antecede o próprio ato da vontade: “Por antecendência, a ignorância se refere à vontade quando não é voluntária, e entretanto é causa de querer o que de outra maneira não se quereria” (TOMÁS DE AQUINO, 2003, p. 133). Nesse sentido, agir dessa ou daquela maneira em função da ignorância podem ser considerados atos involuntários, de modo que seus responsáveis podem ser absolvidos da culpa eventual.

O ato involuntário derivado da ignorância é evitado, por conseguinte, por meio do conhecimento. Se se ignora que determinada ação é moralmente prejudicial, para si e para o outro, é preciso que ela seja ensinada e aprendida como tal, de modo que a educação se coloca, aqui, como um processo fundamental para o desenvolvimento da civilização. Além disso, para nós é significativo que Tomás de Aquino estabeleça distinção entre diferentes formas de ignorância numa obra direcionada à estudantes de Teologia, o que denota a necessidade de certa sensibilidade da parte deles para identificar, na sociedade, atos decorrentes de ignorância voluntária e ações praticadas porque se é ignorante, realidades que exigiriam formas diversas de intervenção, mas sempre visando a um determinado projeto de sociedade – que, no caso do teólogo dominicano do século XIII, era o ‘projeto’ da cristandade latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, destacamos que as contribuições da *Suma Teológica* de Tomás de Aquino se expressam de duas maneiras distintas e complementares. De um lado, constitui-se como uma fonte para a História da Educação Medieval na medida em que, por meio de seu estudo, podemos conhecer melhor o modo como os homens do século XIII compreendiam a natureza humana, a sociedade e, principalmente, o processo educativo. Por outro lado, a análise das questões tomasianas permite extrair delas lições importantes para nos tornarmos professores e estudantes melhores, no sentido de sermos sensíveis aos condicionantes da sociedade contemporânea sem perder de vista o que há nela de perene, de universal, justamente o que, de acordo com Bloch (2001), se constitui como objeto próprio da pesquisa histórica.

Do ponto de vista da *Suma Teológica* como fonte histórica, podemos perceber que os estudantes de Teologia, ‘destinatários’ primeiros de mestre Tomás, deveriam saber distinguir as ações do homem que, na maioria das vezes, caracterizam-se como voluntárias, isto é, provenientes de um desejo consciente. A partir da obra de Tomás de Aquino e também da historiografia sobre seu contexto, acreditamos que esse debate se colocava indispensável para a realidade vivida por aqueles estudantes nas cidades medievais, caracterizada pela convivência, no espaço público, de

grupos sociais diferentes e, por vezes, divergentes.

Entretanto a *Suma Teológica*, entendida como fonte para a formação de professores no século XXI, possibilita-nos considerar o debate acerca da ignorância voluntária e da ignorância como causa de ações involuntárias. Assim como na época de Tomás de Aquino, nós continuamos a agir, eventualmente, dessa maneira, e isso é particularmente problemático quando se trata do trabalho docente. Com efeito, ensinar implica responsabilidade para com o desenvolvimento do aluno, no plano individual, e da sociedade, no plano institucional. Nossas ações são, portanto, voluntárias, determinadas por finalidade conhecida e executada por meios também conhecidos, de modo que ignorar voluntariamente um desses aspectos resulta num processo formativo deletério, tanto para o aluno que (não) aprende, quanto para a sociedade na qual esse aluno está inserido. Enfim, a obra tomasiana analisada sob a ótica da História, nos ensina que a educação deliberadamente desprovida de um projeto claro de sociedade e de homem tende a não contribuir, ou contribuir muito pouco, para o desenvolvimento da civilização.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, M. L. B. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- CARVALHO, M. S. Apresentação. In: TOMÁS DE AQUINO. *A unidade do intelecto contra os averroístas*. Lisboa: Edições 70, 1999. p. 9-34.
- CHENU, M. D. *Santo Tomás de Aquino e a Teologia*. Rio de Janeiro: Agir Editôra, 1967.
- GUIZOT, F. Sétima lição. In: OLIVEIRA, T.; MENDES, C. M. M. *Formação do Terceiro Estado as comunas: coletânea de textos de François Guizot, Augustin Thierry, Prosper de Barante*. Maringá: Eduem, 2005, p. 27-48.
- LAUAND, L. J. Tomás de Aquino: vida e pensamento – estudo introdutório geral. In: TOMÁS DE AQUINO. *Verdade e conhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 1-80.
- _____. Sobre o ensino (De Magistro) – Introdução. In: TOMÁS DE AQUINO. *Sobre o ensino (De Magistro), os sete pecados capitais*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 3-22.
- LE GOFF, J. *Os Intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.
- _____. *Uma longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LIBERA, A. de. *A filosofia medieval*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- OLIVEIRA, T. O ambiente citadino e universitário do século XIII: um locus de conflitos e novos saberes. In: OLIVEIRA, T. (Org.). *Antiguidade e medievo: olhares histórico-filosóficos da educação*. Maringá: Eduem, 2008, p. 227-249.
- _____. *Escolástica*. São Paulo: Mandruvá, 2005.
- POLÍBIOS. *História*. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.
- RUSSELL, B. *História da filosofia ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica (ST, I-II)*. São Paulo: Loyola, 2003. v. III.
- _____. *A unidade do intelecto contra os averroístas*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- TORRELL, J.-P. *Iniciação à Santo Tomás de Aquino*. São Paulo: Loyola, 2004.
- VERGER, J. Universidade. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Org.). *Dicionário temático do ocidente medieval*. Bauru: Edusc, 2006, p. 573-588. v. II.

Sobre os autores:

Terezinha Oliveira: Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP); Professora Titular da Universidade Estadual de Maringá (UEM); Bolsista Produtividade 1D – CA ED do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
E-mail: teleoliv@gmail.com

Rafael Henrique Santin: Doutorando pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Professor EBTT do Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas (IFPR); Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **E-mail:** rafael.h.santin@gmail.com

Recebido em março de 2016.

Aprovado em junho de 2016.